

Fatores Explicativos do Índice de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Pertencentes ao Índice Bovespa

ROBSON BENEDITO FARIAS

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

CRISTIANE MALLMANN HUPPES

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

ANTÔNIO CARLOS VAZ LOPES

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

RAFAEL MARTINS NORILLER

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Resumo

O trabalho teve como objetivo verificar fatores que influenciam na evidenciação do nível de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes. Nesse sentido foi realizada uma pesquisa descritiva, com análise documental e abordagem do problema quantitativa. Foram selecionadas 48 empresas pertencentes à carteira teórica do Índice Bovespa da BM&FBOVESPA, no quadrimestre maio/agosto de 2015. As Notas Explicativas referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014 foram analisadas, para calcular índice de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes (variável dependente DISCL), com base nas informações requeridas pelo CPC 25 (2009). Como possíveis fatores que influenciam na evidenciação das Provisões e Passivos Contingentes, foram selecionados as seguintes variáveis independentes, a partir de estudos anteriores: tamanho (TAM), endividamento (ENDIV), liquidez (LG), rentabilidade (RA) e *American Depositary Receipt* (ADR), dados estes coletados e calculados com base nos relatórios: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, publicados no site da BM&FBOVESPA. A média de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes foi de 53,16%, os setores que mais evidenciam informações, pertencem ao setor de energia e saneamento com 58,50% e, o que menos evidenciou foi o setor de seguros com 40,70%. Os resultados mostram que o índice de *Disclosure* foi crescente no período analisado. Através da técnica de regressão para dados em painel com efeitos aleatórios foi constatado que apenas a variável tamanho (TAM) da empresa, influencia positivamente no nível de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes das empresas selecionadas, pois apresentou significância estatística. Este resultado corrobora com estudos realizados por (ALVES *et al.*, 2012; FONTELES *et al.*, 2013; LEAL *et al.*, 2015).

Palavras chave: *Disclosure*; Provisão; Passivo Contingente.

1 INTRODUÇÃO

Da crescente demanda informacional das ações empresariais, emerge a necessidade de divulgações mais completas, e que estas, atendam diversos tipos de usuários. Um dos papéis da Contabilidade é o de suprir gestores, acionistas, credores e outros *stakeholders*, destas informações. A contabilidade, por meio de relatórios próprios, tem o objetivo de fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deve atender igualmente os investidores existentes e futuros, bem como aos credores, quando da tomada de decisão (IUDÍCIBUS, 2000; CPC 00-R1, 2011).

Consoante aos objetivos da Contabilidade está o *Disclosure*, compreendido como a divulgação de informações contábeis quantitativas ou qualitativas, obrigatórias ou voluntárias com o objetivo de fornecer informações com qualidade, que sejam úteis aos usuários, e dêem suporte na tomada de decisão (GIBBINS, RICHARDSON, & WATERHOUSE, 1990; ROLIM, LEMES, & TAVARES, 2010). O *Disclosure* obrigatório se faz presente por força da legislação, e também, por meio das práticas de Governança Corporativa, que pressupõem confiabilidade e padronização das informações divulgadas (GONÇALVES & OTT, 2002).

Dentre as informações que devem ser divulgadas pela entidade, estão àquelas relacionadas às obrigações, provisões e contingências. As Provisões e Passivos Contingentes também são obrigações, que podem dar origem a novos passivos e devem atender a requisitos específicos de mensuração, reconhecimento e evidenciação de informações qualitativas e quantitativas. Para atender às necessidades de informações dos usuários externos no que tange especificamente as provisões e contingências, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu em 2009 o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes. A aplicação deste Pronunciamento passou a ser obrigatório no exercício de 2010 para as companhias abertas brasileiras, conforme a deliberação nº 594/09 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em relação ao *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes, foram analisados os propósitos e resultados de pesquisas realizadas sobre as divulgações das informações, quantidade e qualidade da divulgação (FARIAS, 2004; CAETANO, SILVA, BIESDORF, & LEAL, 2010; OLIVEIRA, 2010; SUAVE, CODESSO, PINTO, VICENTE, & LUNKES, 2013; CASTRO, VIEIRA & PINHEIRO, 2014; PRADO, 2014; ECKERT, BORTOLONI, MECCA, & BIASIO, 2015). Destas pesquisas, observou-se que poucos são os que buscam encontrar fatores que influenciam na divulgação das informações das Provisões e Passivos Contingentes. Destaca-se o estudo de Fonteles, Nascimento, Ponte e Rebouças, (2013), que verificou determinantes da evidenciação, e também, a pesquisa de Pinto, Avelar, Fonseca, Silva e Costa, (2015) que analisou a relação do valor de mercado e a evidenciação das informações qualitativas e quantitativas.

Considerando as pesquisas anteriores, também ao fato da importância das Provisões e Passivos Contingentes, que podem vir a dar origens a novas obrigações para as entidades, exigindo o sacrifício de Ativos no futuro e, da obrigatoriedade da aplicação do CPC 25, nas companhias abertas, independente do setor, nível, e tamanho da companhia, esta pesquisa buscou responder a seguinte questão: **Quais fatores influenciam a evidenciação das provisões e passivos contingentes das empresas do Índice Bovespa?** Conseqüentemente, esta pesquisa tem como objetivo verificar se os fatores: tamanho; endividamento; liquidez; rentabilidade; e, *American Depositary Receipt* (ADR), influenciam no índice de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes das empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa.

O estudo se justifica pela importância das Provisões e Passivos Contingentes, pois

estudos anteriores mostram que as empresas não cumprem, na totalidade, o que estabelece as prerrogativas do CPC 25. Entender o *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes é importante por serem considerados riscos potenciais para entidade. Nesta perspectiva, este estudo contribui para entender quais fatores influenciam na divulgação das informações referente às Provisões e Passivos Contingentes.

Em relação aos aspectos metodológicos esta pesquisa se enquadra como pesquisa descritiva, em relação aos procedimentos como documental e, quanto à abordagem do problema, como quantitativa. A apresentação do estudo está dividida em cinco seções, a saber: introdução, referencial teórico, metodologia, análise dos resultados e, por último as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Disclosure*

O termo *Disclosure* está relacionado a demonstrar, a informar, a evidenciar, a dar transparência e a divulgar. Na contabilidade esse termo é utilizado para/quando as empresas estabelecem comunicação dos gestores com os *stakeholders*, por meio do fornecimento de informações relevantes aos seus usuários para tomarem decisões adequadas. Considera-se uma informação relevante, quando esta faz com que o usuário mude sua decisão diante dela (MÚRCIA, 2009).

O *Disclosure* pode ser caracterizado, simplesmente, como veiculação da informação, ou utilizado por contadores como informação financeira disponível em relatórios anuais da empresa, e ainda, pode ser classificado em três níveis de divulgação: adequada; justa; e, completa. É pela evidenciação que a contabilidade atende a seus usuários, provendo-os de informações relevantes e que os auxiliem na tomada de decisão sobre seus investimentos (HENDRIKSEN & VAN BREDA, 2009). Gibbins *et al.* (1990) definem *Disclosure* como sendo a divulgação de informações contábeis quantitativas e ou qualitativas através dos canais formais e informais com o objetivo de fornecer informações úteis aos usuários.

O *Disclosure* pode ser compulsório ou voluntário, ou seja, abrange informações obrigatórias por lei e/ou exigidas por órgãos reguladores, assim como aquelas informações divulgadas de forma voluntária, que tem como objetivo aumentar o grau de transparência das entidades no meio corporativo. Lima (2009, p. 23) escreve que “as empresas divulgam informações obrigatórias, que são exigidas pela legislação, mas também podem divulgar informações voluntárias que auxiliam os *stakeholders* nas tomadas de decisões”.

Murcia e Santos (2009) destacam que empresas com melhor *Disclosure* são mais transparentes, contribuindo para a diminuição do custo de capital. Quando os acionistas demonstram desinteresse nas ações de uma companhia, esta divulga informações privadas com o objetivo de reduzir o custo de capital próprio, praticando assim um *Disclosure* voluntário. Quando são oferecidas mais informações, prevê-se que há diminuição na estimação de risco por parte do investidor (HAIL, 2002).

Entende-se que o *Disclosure* tem papel importante na contabilidade, sendo o principal elo entre as companhias e diversos interessados no desempenho dessas companhias. Consequentemente, o *Disclosure* é o responsável pela diminuição da assimetria informacional, demonstrando os resultados alcançados pela empresa para aqueles que têm interesse, nesses resultados, especialmente os investidores atuais e futuros, contribuindo para a diminuição dos conflitos de agência. O *Disclosure* serve como forma de transparência corporativa.

2.2 Passivos, Provisões e Passivos Contingentes

Um dos primeiros estudiosos a tentar definir os elementos dos balanços foi o John Canning, que definiu passivo como sendo: “Um serviço, com valor monetário, que um proprietário titular de ativos é obrigado legalmente (ou justamente) a prestar a uma segunda pessoa ou grupo de pessoas” (CANNING, 1929 apud HENDRIKSEN & VAN BREDA, 2009, p. 284). A definição proposta por Canning restringe o passivo somente a prestação de um serviço. Para Hendriksen e Van Breda (2009), o passivo é uma obrigação atual da entidade, decorrente de eventos passados, que exigirá sacrifícios futuros prováveis por meios da entrega de ativos ou da prestação de serviços à uma entidade.

O CPC, por meio do Pronunciamento 00 (R1) – Estrutura Conceitual Básico para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011), define passivo, segundo seus aspectos essenciais, como sendo uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos. Iudícibus (2009) escreve que passivos implicam no comprometimento da entidade no consumo de ativos em uma data presente ou futura, tanto para sua origem ou extinção, e provém de eventos ou transações que já ocorreram.

Além desses aspectos conceituais o Passivo possui características essenciais e devem ser reconhecidas no Balanço Patrimonial. Essas características são importantes, pois permitem a identificação adequada da sua ocorrência e o seu reconhecimento. Para a existência de um Passivo, a entidade deve ter uma obrigação presente, onde a liquidação ocorrerá pelos sacrifícios de ativos. A entidade não tem como evitar o sacrifício de um ativo, e que o passivo tem origem após um fato gerador, no momento que ocorre o evento.

Para o CPC 00 (R1), um passivo deve ser reconhecido quando for provável a saída de recursos exigidos para liquidação da obrigação presente no qual o valor dessa liquidação possa ser feito com confiabilidade. Atendidas essas características o Passivo deve ser reconhecido e medido, e contabilizado no balanço patrimonial.

Os passivos devem atender critérios para serem definidos e serem reconhecidos como passivos. Porém, alguns passivos não atendem a todas as características, como: datas certas de liquidação ou seus valores não podem ser mensurados de forma exata, esses passivos no Brasil são denominados provisões. Quando se fala de provisões a associação com o termo incerteza fica evidente. A incerteza está associada ao desconhecido, ou conhecimento incompleto.

De acordo com o CPC 25 (2009, p. 3) provisão “é um passivo de prazo ou de valor incertos”. A mesma definição é apresentada pelo IAS 37. Ainda de acordo com (FIPECAFI, 2010) existem passivos que devem ser contabilizados, apesar de não terem data certa de liquidação ou não conter valor exato. Portanto a provisão é um passivo, porém é necessário diferenciar no balanço as provisões dos demais passivos, sendo a principal característica na classificação de provisão ou passivo a incerteza.

Vale ressaltar que o termo provisão é muito utilizado no Brasil, como por exemplo, a provisão para férias, provisão para 13º salário, provisão para imposto de renda. No contexto do CPC 25 esse termo só pode ser utilizado para um passivo de valor e prazo incerto. De acordo com o CPC 25 (2009) esses passivos derivados de apropriação por competência (*accruals*), não são provisões, embora às vezes seja necessário estimar o valor ou o prazo desses passivos, a incerteza é menor que nas provisões. Os passivos apropriados por competência devem ser contabilizados como passivos verdadeiros e não como provisões por não possuírem incertezas relevantes.

Assim como os passivos, as provisões também devem ser reconhecidas no balanço patrimonial da entidade. Para que uma provisão seja reconhecida ela deve atender a três condições, como determina o CPC 25 (2009). São elas: a) a entidade tem uma obrigação (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e, c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Caso não sejam atendidas as condições em sua totalidade, nenhuma provisão deverá ser reconhecida. No reconhecimento, a provisão deve ter uma melhor estimativa do seu valor. De acordo com Ernst & Young e Fipecafi (2010) a melhor estimativa do desembolso realizado para liquidar a obrigação presente é o montante que a entidade pagaria para liquidar a obrigação ou transferir para uma terceira pessoa essa obrigação na data do balanço.

As incertezas referente a ganhos ou perdas, refletidas em eventos futuros, são conhecidos como contingência. Para Alexander *et al.* (1996), contingência é uma condição ou situação que seu resultado depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros determinados. O CPC 25 (2009) usa o termo contingência para os passivos que não serão reconhecidos devido às incertezas de ocorrências, de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da empresa.

Os passivos contingentes surgem quando a entidade tem reconhecimento da possibilidade de redução de seu ativo ou de desembolso, para liquidar alguma obrigação que venha a existir. Para Farias (2004) os passivos contingentes, demonstram maior grau de incertezas para a contabilidade. Essas incertezas referem-se à atribuição de valor monetário e o fato gerador que deu origem ao passivo. As contingências assim como as provisões, não deixam de ser passivos, porém são diferenciados apenas em relação aos riscos e sua mensuração.

Como os Passivos Contingentes, possuem essa incerteza em relação à saída de recursos da entidade para liquidação e também seu valor não ser conhecido com precisão, os Passivos Contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial da entidade, porém devem ser divulgados em Notas explicativas. De acordo com o CPC 25 (2009, p.8) “a entidade não deve reconhecer um passivo contingente. O passivo contingente é divulgado, como exigido pelo item 86, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos”. Para tornar claro o tratamento contábil adequado quanto à probabilidade de ocorrência das provisões e contingências passivas, elaborou-se um quadro resumo (Tabela 1).

Tabela 1: Tratamento contábil as provisões e contingências

Possibilidades	Definição	Efeitos nas Demonstrações Contábeis
Há obrigação presente com probabilidade provável de saídas de recursos.	Provisão	Reconhecido no Balanço Patrimonial e divulgação.
Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Passivo Contingente	Divulgado em nota explicativa.
Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.	Não é provisão e nem passivo contingente	Nenhum registro e/ou divulgação é exigido.

Fonte: Adaptado de CPC 25 (2009).

Com base nas probabilidades de ocorrência das saídas de recurso, o CPC 25 (2009), define o fato contábil como sendo uma provisão ou passivo contingente. Orienta as empresas que, para cada provisão ou passivo contingente, a divulgação dos itens contidos na Tabela 2.

Tabela 2: Itens exigidos pelo CPC 25 (2009)

Itens de divulgação	Classe
O valor contábil no início do período	Prov
O valor contábil no fim do período	Prov
Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes	Prov
Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período	Prov
Valores não utilizados revertidos durante o período	Prov
O aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo	Prov
O efeito de qualquer mudança na taxa de desconto	Prov
Uma breve descrição da natureza da obrigação	Prov
O cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes	Prov
Uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas.	Prov
Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no item 48	Prov
O valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado	Prov
A entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente	PC
A estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52	PC
A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	PC
A possibilidade de qualquer reembolso	PC
Quando a provisão e o passivo contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve fazer as divulgações requeridas pelos itens 84 a 86 de maneira que evidencie a ligação entre a provisão e o passivo contingente	Prov/PC
Quando algumas das informações exigidas pelos itens 86 e 89 não forem divulgadas por não ser praticável fazê-lo, a entidade deve divulgar esse fato.	Prov/PC

Fonte: Adaptado de CPC 25 (2009).

O referido pronunciamento ainda orienta, que caso alguma dessas informações não seja divulgada pela empresa, por não ser praticável, a mesma deve evidenciar esta informação aos seus usuários.

2.3 Pressupostos determinantes na formulação das hipóteses da pesquisa

Com base no problema de pesquisa e reflexões a cerca de estudos anteriores, foram formuladas cinco hipóteses, apresentadas na Tabela 3, com respectivos argumentos e consequente definição de cada uma das hipóteses formuladas.

Tabela 3: Argumentos e hipóteses da pesquisa

Estudos Anteriores	Hipóteses
<p>Empresas maiores possuem um nível de <i>Disclosure</i> maior e tendem a ser mais transparentes (PEREIRA, LOPES, PEDERNEIRAS, & SANTOS, 2008; LIMA <i>et al.</i>, 2010; LEAL, COSTA, OLIVEIRA, & REBOUÇAS, 2015). As empresas maiores são mais complexas em suas atividades operacionais, necessitando de maiores informações sobre suas atividades (WALLACE & NASER, 1995).</p>	<p>H1: Empresas maiores possuem um maior nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes.</p>
<p>O indicador endividamento demonstra o quanto a empresa está endividada (obrigações com terceiros). Este indicador permite avaliar o comprometimento com credores e a capacidade de cumprir com compromissos no longo prazo (ASSAF NETO, 2009). Empresas com maior grau de endividamento tendem a divulgar mais informações (LANZANA, 2004). Murcia e Santos (2010) encontram resultado significante entre nível de endividamento e <i>Disclosure</i>.</p>	<p>H2: Empresas com maior grau de endividamento possuem um maior nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes do que as empresas com menor grau de endividamento.</p>
<p>Indicadores de liquidez mensuram a capacidade das empresas liquidarem obrigações. O indicador de Liquidez Geral permite visualizar a quantia de recursos disponíveis na empresa para liquidar dívidas (SILVA, 2001). Fonteles <i>et al.</i> (2013), concluem que o <i>Disclosure</i> das provisões e passivos contingentes é influenciado negativamente em relação a liquidez.</p>	<p>H3: Empresas com maior liquidez possuem um maior nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes do que as empresas com menor liquidez.</p>
<p>Indicadores de rentabilidade demonstram os resultados diante das operações empresariais. A Rentabilidade do Ativo indica o quanto os Ativos da empresa geraram de retorno. O Retorno do Patrimônio Líquido (ROE), infere o quanto os detentores de capital obtiveram de retorno sobre o capital investido (ASSAF NETO, 2012). Empresas mais rentáveis tendem a chamar mais atenção dos investidores. Fonteles <i>et al.</i> (2013) apontam que a rentabilidade influencia na evidenciação das provisões e passivos contingentes.</p>	<p>H4: Empresas com maior rentabilidade possuem um maior nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes do que as empresas com menor rentabilidade.</p>
<p>O ADR é emitido às empresas brasileiras de capital aberto que querem negociar ações nos Estados Unidos, objetivando acessar mais capital de terceiros. O mercado onde as ações dessas empresas são negociadas influencia nas práticas e políticas de evidenciação dessas empresas (FIRTH, 1979). Murcia e Santos (2009), Rufino e Monte (2015) encontraram relação significante entre <i>Disclosure</i> e ADR. Porém, em estudo posterior a mesma relação não foi encontrada (MURCIA & SANTOS, 2010).</p>	<p>H5: Empresas brasileiras que negociam ADR's possuem um maior nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes do que as empresas listadas somente na Bovespa.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

3 METODOLOGIA

Este trabalho se enquadra como pesquisa descritiva quanto aos objetivos, pois identificou quais fatores influenciam o *Disclosure* das provisões e passivos contingentes. Em

relação aos procedimentos caracteriza-se como pesquisa documental, com abordagem quantitativa quanto ao problema.

A população da pesquisa compreende as empresas listadas na BM&FBOVESPA. Destas, optou-se por uma amostra não probabilística intencional composta das empresas participantes da carteira teórica, referente ao quadrimestre maio/agosto de 2015, do Índice Bovespa da BM&FBOVESPA, que indica “o desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro” (LEMES, COSTA, & MARTINS, 2014, p. 7). Foram retiradas da amostra as instituições financeiras por conterem normativos específicos e diferenciados das demais empresas, o que poderia causar influência no resultado. Com base no exposto, restaram 48 companhias abertas, relacionadas na Tabela 4:

Tabela 4: Empresas da Amostra

1	AMBEV S/A	17	ESTACIO PART	33	NATURA
2	BRASKEM	18	FIBRIA	34	OI
3	BRF AS	19	GAFISA	35	P.ACUCAR-CBD
4	CCR AS	20	GERDAU	36	PETROBRAS
5	CEMIG	21	GERDAU MET	37	QUALICORP
6	CESP	22	GOL	38	RUMO LOG
7	CIA HERING	23	HYPERMARCAS	39	SABESP
8	COPEL	24	JBS	40	SID NACIONAL
9	COSAN	25	KLABIN S/A	41	SMILES
10	CPFL ENERGIA	26	KROTON	42	SOUZA CRUZ
11	CYRELA REALT	27	LOCALIZA	43	SUZANO PAPEL
12	DURATEX	28	LOJAS AMERICANAS	44	TELEF BRASIL
13	ECORODOVIAS	29	LOJAS RENNER	45	TIM PART S/A
14	ELETROBRAS	30	MARCOPOLO	46	TRACTEBEL
15	EMBRAER	31	MARFRIG	47	USIMINAS
16	ENERGIAS BR	32	MRV	48	VALE

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para a coleta de dados esta pesquisa utilizou dados secundários coletados do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Notas Explicativas, divulgadas no site da BM&FBOVESPA dos anos de 2012, 2013 e 2014 com o suporte de planilhas do *software* Excel[®] no período de setembro a outubro de 2015. Como variável dependente, a pesquisa utiliza o nível de evidenciação, *Disclosure* das provisões e passivos contingentes (DISCL).

Para confecção desta variável, foi calculado um índice conforme a metodologia adaptada de (MALACRIDA & YAMAMOTO, 2006).

Primeiramente foi feita coleta das informações que devem ser divulgadas em Notas Explicativas conforme estabelece o CPC 25, para as provisões e passivos contingentes (Tabela 2). Em seguida, foi realizada uma análise das Notas Explicativas, em relação à aderência ou não da divulgação de cada item conforme orienta o CPC 25 (2009).

Para calcular o índice de divulgação foi atribuído 1 (um) quando a informação exigida estiver presente na Nota Explicativa, e 0 (zero) quando não estiver presente. O passo seguinte foi calcular a razão entre o total dos itens divulgados que receberam 1 (um), pelo total que deveria ser divulgado, encontrando desta forma, um valor percentual correspondente a variável de Índice de *Disclosure* (DISCL).

A relação da intensidade e da significância das variáveis independentes sobre o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes, estabelecido pelo índice de *Disclosure* (variável dependente), foi calculada ao longo de três anos (2012, 2013 e 2014). O modelo estatístico mais indicado para este tipo de análise é a regressão para dados em painel, que possibilita que “a mesma unidade de corte transversal (uma empresa, um estado)” possa ser “acompanhando ao longo do tempo” (GUJARATI, 2006, p. 513).

O modelo de regressão para dados em painel com efeitos aleatórios, que representa o objetivo desta pesquisa, é estabelecido pela Equação 1, que segue:

$$DISCL = \beta_0 + \beta_1 TAM_{it} + \beta_2 ENDIV_{it} + \beta_3 LG_{it} + \beta_4 RA_{it} + \beta_5 ADR_{dummy_{it}} + \varepsilon_{it} \quad (\text{Equação 1})$$

1)

Onde:

DISCL: Variável dependente;

β_0 : Coeficiente da regressão;

$\beta_1 TAM_{it}$: Variável independente Ln do Ativo Total da empresa i, no período t;

$\beta_2 ENDIV_{it}$: Variável independente relação entre Passivo Total e o Patrimônio Líquido da empresa i, no período t;

$\beta_3 LG_{it}$: Variável Independente relação entre Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo e Passivo Total da empresa i, no período t;

$\beta_4 RA_{it}$: Variável Independente ROA da empresa i, no período t;

$\beta_5 ADR_{dummy_{it}}$: Variável Independente binária que indica a emissão de ADR da empresa i, no período t;

ε_{it} : Termo de erro da regressão.

Para a análise estatística foi utilizado o *software* “R” versão 3.2.3 *for Windows*[®] para realizar a técnica estatística de regressão para dados em painel.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na Tabela 5, é exposto o índice de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes por empresas pesquisadas no estudo.

Tabela 5: Índice Médio de *Disclosure* por Empresa

Empresa	DISCL	Empresa	DISCL	Empresa	DISCL
AMBEV	53,7%	ESTACIO	48,1%	NATURA	53,7%
BRASKEM	63,0%	FIBRIA	48,1%	OI	55,6%
BRF	55,6%	GAFISA	42,6%	P.ACUCAR-CBD	74,1%
CCR	66,7%	GERDAU	50,0%	PETROBRAS	50,0%
CEMIG	53,7%	GERDAU MET	44,4%	QUALICORP	40,7%
CESP	50,0%	GOL	37,0%	RUMO LOG	57,4%
CIA HERING	53,7%	HYPERMARCAS	42,6%	SABESP	63,0%
COPEL	53,7%	JBS	42,6%	SID NACIONAL	51,9%
COSAN	61,1%	KLABIN	55,6%	SMILES	37,0%
CPFL	63,0%	KROTON	51,9%	SOUZA CRUZ	40,7%
CYRELA	55,6%	LOCALIZA	51,9%	SUZANO PAPEL	61,1%
DURATEX	57,4%	L.AMERICANAS	55,6%	TELEFÔNICA	59,3%
ECORODOVIAS	40,7%	LOJAS RENNER	40,7%	TIM PART.	55,6%
ELETRORBRAS	57,4%	MARCOPOLO	42,6%	TRACTEBEL	74,1%
EMBRAER	57,4%	MARFRIG	53,7%	USIMINAS	57,4%
ENERGIAS BR	53,7%	MRV	51,9%	VALE	64,8%
MÉDIA 53,1%					

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O índice de *Disclosure* por empresa variou de 37% (GOL e Smiles) a 74,1% (P. AÇUCAR-CBD e Tractebel). A média do índice de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes, evidenciados pelas empresas nas Notas Explicativas foi de 53,16%. Isto mostra que as empresas não estão atendendo o que pede o CPC 25, ou seja, estão divulgando pouco mais que a metade das informações exigidas. Dentre as principais causas das provisões estão os processos judiciais onde se destacam os de ordem trabalhista, cível e tributário.

Tabela 6: Índice de *Disclosure* por Setor

Setor	DISCL	Setor	DISCL
Consumo e Varejo	51,5%	Papel e Celulose	54,9%
Energia e Saneamento	58,5%	Petróleo e Gás	56,5%
Imobiliário e Construção	51,8%	Seguros	40,7%
Industrial	50,0%	Telecomunicações	56,8%
Mineração/Siderurgia	53,7%	Transporte e Logística	50,7%
Outros	49,5%		
Média 52,2%			

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Entre as empresas que mais evidenciam informações sobre as provisões e passivos contingentes, estão as que pertencem ao setor de Energia e Saneamento (58,5%), logo em seguida as empresas do setor de Telecomunicações (56,8%). Estes resultados corroboram os achados de Murcia e Santos (2009), Zonatto, Santos, Junior e Bezerra, (2011) e Fonteles *et al.* (2013), onde constataram que empresas desses setores possuem maior transparência. Como as empresas de Energia operam em ambiente regulado, isto pode ser uma explicação de estarem evidenciando mais informações, pois devem cumprir exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As companhias com menor índice de *Disclosure* pertencem aos

setores de Seguros, seguidos por Outros.

A Figura 1 resume o índice de *Disclosure* das empresas, nos diferentes níveis de governança corporativa. Observa-se que as empresas que tiveram maiores médias de *Disclosure* pertencem ao Nível 1 de governança corporativa (57,40%). O Novo Mercado, que impõem maiores níveis de evidenciação, as empresas listadas tiveram 52,61% de evidenciação.

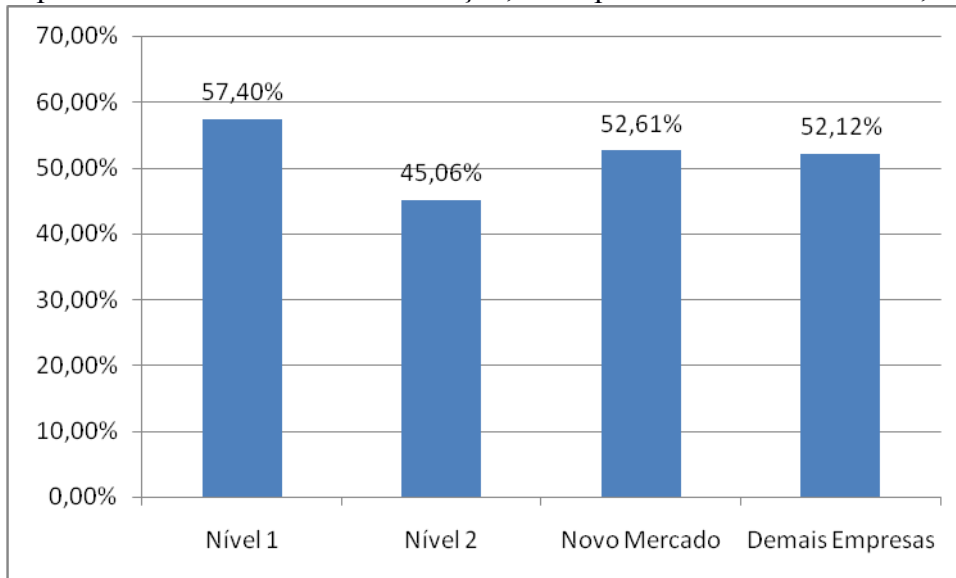


Figura 1 – Disclosure por segmento de listagem

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

O estudo revelou que, no período analisado, o índice de *Disclosure* foi crescente, de 51,50% no ano de 2012 e 54,74% em 2014 (Figura 2). Isto pode indicar um melhor entendimento do CPC 25 pelas companhias gerando aumento em sua aplicação.

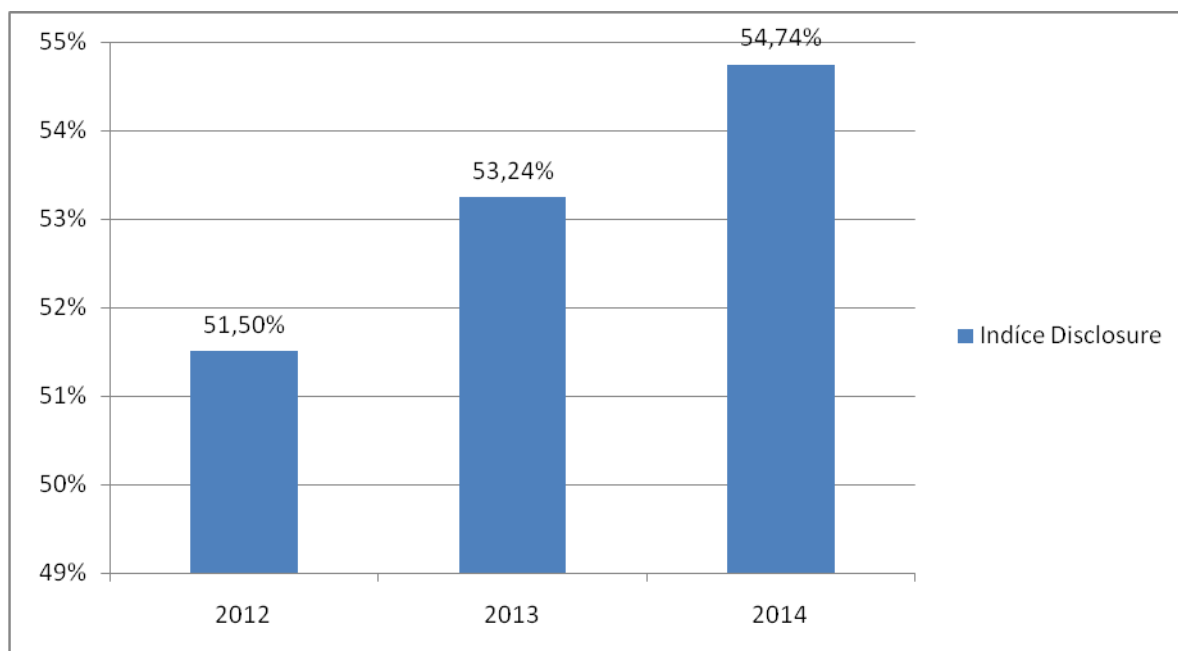


Figura 2 – Índice de *Disclosure* por ano

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Uma vez descritos aspectos gerais da amostra trabalhada, o texto que segue corresponde aos cálculos realizados, que conduzem à resposta da pergunta proposta nesta pesquisa. Primeiramente, na Tabela 6, é apresentada a estatística descritiva da variável dependente (Índice de *Disclosure* – DISCL) e, das variáveis independentes utilizadas, a relembrar: tamanho (TAM); endividamento (ENDIV); liquidez (LG); e, rentabilidade (RA). Quanto a variável *American Depositary Receipt* (ADR), por ser de tratamento do tipo “*dummy*”, não compreende cálculos relativos a médias por empresa.

Tabela 7: Estatística Descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
DISCL	0,5351	0,0984	0,3333	0,7777
TAM	23,0559	1,6458	15,67	27,32
ENDIV	1,3539	1,3539	0,0007	7,7071
LG	1,2112	2,4538	0,0541	27,6696
RA	0,0861	0,302	-0,6910	3,3881

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para verificar qual o melhor modelo de dados em painel para explicar a relação entre as variáveis do estudo e o Índice de *Disclosure* (DISCL), foram realizados os testes de Chow, LM (Lagrange multiplier) de Breusch-Pagan e o teste de Hausman. Os Resultados dos testes indicam que o modelo de efeitos aleatórios é o mais indicado (Tabela 8).

Tabela 8: Painel Testes de Chow, LM e Hausman

Chow		Breusch-Pagan		Hausman		Especificação Adequada
F	Prob	Chi2	Prob	Chi2	Prob	
5,917	0	49,712	0	6,4223	0,2673	Efeitos Aleatórios

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Para verificar se os dados possuíam multicolinearidade, utilizou-se a estatística do Fator de Inflação da Variância (VIF), apresentado na Tabela 9. De acordo com Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009), valores de VIF acima de 5, tendem a apresentar problemas de multicolinearidade. Como observado na Tabela 9 os valores de VIF para as variáveis explicativas ficaram bem abaixo do valor considerado crítico, indicando a ausência de multicolinearidade. Foi realizado o teste de *Kolmogorov-Smirnov* para verificar a distribuição dos resíduos, cujo resultado aponta que os dados possuem distribuição normal.

Tabela 9: Painel Multicolinearidade

Variáveis	TAM	ENDIV	LG	RA	ADR
VIF	1,2554	1,0267	1,0188	1,0072	1,2585

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os resultados da regressão para dados em painel de efeitos aleatórios são mostrados na Tabela 10, sendo o Índice de *Disclosure* (DISCL) a variável dependente.

Tabela 10: Dados em Painel: Efeitos Aleatórios

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística t	Valor p
(Constante)	-0,0342	0,1591	-0,2149	0,8301
TAM	0,0251	0,0071	3,4937	0,0006 ***
ENDIV	-0,0038	0,0063	-0,6165	0,5386
LG	0,0012	0,0025	0,5052	0,6142
RA	0,0193	0,0198	0,9776	0,3300
ADR <i>dummy</i>	-0,0106	0,0278	-0,3818	0,7031
R ² = 0,0965		R ² Ajustado= 0,0925		
Estatística F = 2,951		Prob F= 0,0014		
Durbin-Watson = 1,92				
Quantidade de Observações				144

Nível de significância: *** 0,001; ** 0,01; * 0,05 Variável dependente: DISCL

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Percebe-se também que o modelo é significativo, pois a probabilidade da estatística F apresentou valor de p (*p-value*) menor que 0,05. Os valores de R² e R² ajustado indicam que as variáveis independentes explicam cerca de 9,6% e 9,2%, respectivamente, das divulgações das Provisões e Passivos Contingentes pelas empresas selecionadas no estudo. Em relação à autocorrelação serial dos resíduos, a estatística Durbin-Watson encontra-se entre o intervalo de 1,8 e 2,2, indicando que não existe problema de autocorrelação dos resíduos. Segundo Corrar, Paulo e Dias Filhos (2012) valores da estatística Durbin-Watson próximo de 2 atende ao presuposto.

Em conformidade com os dados apresentados na Tabela 10, apenas uma das variáveis independentes escolhidas para o modelo, se mostrou significativa, que é a variável tamanho (TAM). As outras variáveis ENDIV, LG, RA, ADR *dummy*, não se mostraram significante para o modelo ao nível de confiança de 5%.

Assim das cinco hipóteses formuladas, quatro foram refutadas, (H2) Endividamento, (H3) Liquidez, (H4) Rentabilidade e (H5) ADR. O coeficiente positivo e significativo ao nível de 0,1% da variável TAM (0,0251), indica que esta possui relação positiva com o índice de *Disclosure* das provisões e passivos contingentes, a cada aumento de 1% no tamanho da

empresa o *Disclosure* das provisões e passivos contingentes aumenta 0,0251, ou seja as empresas maiores tendem a divulgar mais informações e atender melhor o que pede o CPC 25 nas divulgações das provisões e passivos contingentes.

Com base no resultado apresentado, a hipótese (H1) é aceita, ou seja, empresas maiores divulgam mais informações. Este resultado corrobora com estudos realizados sobre fatores que levam a prática de *Disclosure* pelas empresas de capital aberto onde a variável tamanho se mostrou significativa (ALVES, RODRIGUES & CANADAS, 2012; FONTELES *et al.*, 2013; LEAL *et al.*, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo como objetivo verificar se os fatores: tamanho; endividamento; liquidez; rentabilidade; e, *American Depositary Receipt* (ADR), influenciam no índice de *Disclosure* das Provisões e Passivos Contingentes das empresas brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa. Para atingir este propósito, foram analisadas as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Notas Explicativas) referentes ao exercício de 2012 a 2014, das empresas brasileiras de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa, e que fizeram parte do Índice Bovespa referente ao quadrimestre maio/agosto de 2015.

A partir do CPC 25, foi elaborado um *checklist* com 18 itens de observação, os quais foram a base para a elaboração da variável dependente Índice de *Disclosure* (DISCL). Das empresas analisadas, as que menos divulgam informações sobre as provisões e passivos contingentes, pertencem ao setor de seguros. Em contrapartida, as que mais divulgam informações pertencem ao setor de energia e saneamento. Observou-se também que as empresas pertencentes ao Nível 1 de governança corporativa tiveram os maiores índices de adequação ao CPC 25, sendo que esta adequação se revela crescente no decorrer do período analisado. Através da técnica de regressão linear múltipla para dados em painel, foi constatado que somente a variável independente tamanho (TAM) da empresa, é significativa para explicar o *Disclosure* das provisões e passivos contingentes, das empresas selecionadas. As outras variáveis não se mostraram significativas.

Esta pesquisa pretende contribuir para o conhecimento sobre as provisões e passivos contingentes, conforme o que pede o CPC 25 e sua aplicação e contabilização pelas empresas, já que é uma orientação que deve ser seguida pelas empresas de capital aberto brasileiras. O trabalho também possui uma contribuição teórica sobre o assunto abordado, já que poderá servir como embasamento e referência para próximas pesquisas sobre o assunto.

Como o poder explicativo do modelo se mostrou baixo, indicado pelo valor do R^2 ajustado, recomenda-se a inclusão de outras variáveis que possam explicar o *Disclosure* das provisões e passivos contingentes, como por exemplo: nível de governança corporativa e o setor de atuação. Para estudos futuros recomenda-se também o aumento da amostra das empresas estudadas.

6 REFERÊNCIAS

ALEXANDER, D. et al.(1996). Provisions and contingencies: an Anglo-French investigation.

The European Accounting Review, p. 271- 298.

Alves, H., Rodrigues, A. M., & Canadas, N. (2012). Factors influencing the different categories of voluntary disclosure in annual reports: An analysis for Iberian Peninsula listed companies. *Tekhne*, 10(1), 15-26.

BRASIL, Comitê de Pronunciamentos Contábeis.(2011). CPC 00. Brasília, Dezembro.

Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>

Acesso em 15.03.2015.

_____, Comitê de Pronunciamentos Contábeis.(2009). Pronunciamento Técnico CPC 25: provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de 26 de junho.

Disponível em:

<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf>. Acesso em

15.03.2015.

CORRAR, Luis J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Org). (2012). *Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: atlas.

Eckert, A., Bortoloni, L., Mecca, M. S., & Biasio, R. (2015). PASSIVOS CONTINGENTES: EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS POR FABRICANTES DE ELETROELETRÔNICOS. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 2(1).

FARIAS, Manoel Raimundo Santana.(2004). *Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/>>. Acesso em: 2015-05-10.

FAVERO, Luiz Paulo et al.(2009). *Análise de dados. Modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Campus.

FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.(2010). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. São Paulo: Atlas.

FIRTH, M.(1979). The impact of size, stock market listing, and auditors on voluntary disclosure in corporate annual reports. *Accounting and Business Research*, v. 9, n. 36, p. 273-280.

Fonteles, I. V., do Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R., & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4).

GIBBINS, M., RICHARDSON, A., & WATERHOUSE, J.(1990). The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and processes. *Journal of Accounting Research*, v. 28, n. 1, p. 121-143.

GONÇALVES, O., OTT, E.(2002). A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. *Encontro nacional da anpad (enanpad)*, v. 26.

GUJARATI, D. N.(2000). *Econometria Básica*. 3 ed. Tradução de: YOSHIDA, Ernesto. São Paulo: Peason Makron Books.

HENDRIKSEN, E. S., VAN BREDA, M. F.(2009). *Teoria da Contabilidade*. 5. Ed. São Paulo: Atlas.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD.(2002). *IAS 37*. Londres: IASB.

IUDÍCIBUS, Sérgio de.(2000). *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

LANZANA, A. P. (2004). *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:<[http:// www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022002-094807/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022002-094807/)>. Acesso em: 04/09/2015.

Leal, P. H., do Nascimento Costa, B. M., Oliveira, M. C., & Rebouças, S. M. D. P. (2015). Divulgação de Provisões e Passivos Contingentes Ambientais sob a Ótica da Teoria Institucional. In: *IX Congresso Anpcont*. Curitiba: PR.

LEMES, L., COSTA, P. S de., & MARTINS, V. A.(2014). Efeito na Comparabilidade das Escolhas Contábeis de Empresas Brasileiras no Reconhecimento de Imobilizado. In: *38º Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: RJ.

LIMA, Vinicius Simmer de, et al. (2010). Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil. In: *Encontro da Associação Nacional do Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis*, 4. São Paulo. Anais.. São Paulo: Anpcont, CD-ROM.

MALACRIDA, M. J. C., & YAMAMOTO, M. M.(2006). Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 17, p. 65-79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea06>>. Acesso em: 29 maio 2015.

Murcia, F. D. R., & dos Santos, A. (2009). Principais práticas de *disclosure* voluntário das 100 maiores empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 1(1).

- Murcia, F. D. R., & SANTOS, A. D. (2010). Teoria do *disclosure* discricionário: evidências do mercado brasileiro no período 2006-2008. In *CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (ANPCONT)* (Vol. 4).
- OLIVEIRA, Michelle Adriane Silva.(2010). *Disclosure das Contigências e Provisões Passivas*. Belo Horizonte: UFMG. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de ciências econômicas.
- PRADO, Fabricio José do. (2014). *Análise do comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-18082014-102308/>>. Acesso em: 2015-03-07.
- PEREIRA, D. M. V. G., LOPES, J. E. de G., PEDERNEIRAS, M. M. M., & SANTOS, R. dos.(2008). Um estudo sobre a relação entre o lucro contábil e o *disclosure* das companhias abertas do setor de materiais básicos: evidências empíricas no mercado brasileiro de capitais. In: *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS*. Salvador. *Anais...* São Paulo: Anpcont, CD-ROM.
- Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. D. S. (2015). Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61).
- Rolim, M. V., Lemes, S., & Tavares, M. (2010). *Disclosure* dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100. *Revista CEPPG–CESUC–Centro de Ensino Superior de Catalão*, (22), 85-110.
- Rufino, M. A., & Monte, P. A. D. (2015). Fatores que Explicam a Divulgação Voluntária das 100 Empresas com Ações Mais Negociadas na BM&FBOVESPA. *SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO*, 9(3).
- Suave, R., Codesso, M. M., de Moraes Pinto, H., Vicente, E. F. R., & Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEFE*, 1(11).
- Wallace, R. O., & Naser, K. (1996). Firm-specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting and Public policy*, 14(4), 311-368.
- Zonatto, S. V. C., dos Santos, A. C., Junior, M. M. R., & Bezerra, F. A. (2011). Fatores determinantes para a adoção de padrões internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação em empresas públicas e privadas do setor de energia elétrica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(12), 26-47.



São Paulo, 27 a 29 de Julho de 2016

**Building Knowledge in
Accounting**